

Descrição	2.017	2.016	Descrição	2.017	2.016
13. Despesas com Pessoal (Contrato nº 01/2015)					
Salários e ordenados	(6.629.008)	(6.297.293)	Ativos		
Horas extras e adicionais	(2.207.036)	(2.367.187)	Valor justo por meio do resultado		
Décimo terceiro salário	(842.709)	(781.720)	Caixa e equivalentes de caixa	698.158	530.280
Cesta Básica/Refeição	(660.005)	(671.328)	Recebeíveis		
Vale transporte	(79.598)	(58.739)	Contas a receber (Contrato de Gestão)	57.180	53.320
Insalubridade	(271.866)	(257.878)	Total	755.338	583.600
Férias	(1.087.435)	(1.168.563)	Passivos		
FGTS	(893.431)	(868.053)	Pelo custo amortizado		
Provisão para descontinuidade -			Fornecedores	152.935	87.666
Multa rescisória FGTS	(303.579)	(355.417)	Partes relacionadas	1.263.260	1.271.101
Contribuição Patronal ao INSS	(3.261.656)	(2.977.284)	Total	1.416.195	1.358.767
Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	3.261.656	2.977.284	Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, no qual, a Entidade possa eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Os passivos são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.		
PIS	(89.489)	(106.131)	INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde registrado SIPAR 28000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado		
Isenção do PIS	59.561	-			
Outras	(116.488)	(74.268)			
	(13.121.083)	(13.006.577)			
14. Custos Corporativos Compartilhados: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.					
15. Despesas Gerais E Administrativas (Contrato nº 01/2015)					
Descrição	2.017	2.016			
Manutenção	(830.629)	(679.797)			
Seguros	(131.903)	(84.398)			
Combustível e lubrificantes	(255.570)	(254.351)			
Software e suporte de informática	(239.046)	(197.382)			
Depreciação e amortização	(19.954)	(16.129)			
Outros	(205.815)	(68.476)			
	(1.682.917)	(1.300.533)			
16. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entida-					

Dom Eurico dos Santos Veloso
Presidente da Pró-saúde

Miguel Paulo Duarte Neto
Diretor Administrativo e Financeiro

Aguinaldo Corrêa
Diretor Executivo

David Martins Ferreira
Contador geral - CRC: 1SP 195.413/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores, Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Unidade de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) - Mogi das Cruzes/SP, Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Unidade de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) - Mogi das Cruzes/SP (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** O Hospital tem apurado prejuízos operacionais constantes, fato que tornou o capital circulante líquido e o patrimônio líquido negativo. Conforme nota explicativa nº 1c, a Administração está implementando esforços no sentido de repactuar o contrato de gestão para equilibrar os custos e receitas. Nossa opinião não contém ressal-

va relacionada a esse assunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 23 de Março de 2.018 **LM Auditores Associados - CRC 2SP018.611/O-8** **Mauricio Diácoli - CRC 1SP129.562/O-5**

Terrainvest Propriedades Agrícolas S/A

CNPJ: 15.322.620/0001-14

Demonstrações Financeiras em 31/12/2017										
Balanco patrimonial			Balanco patrimonial			Demonstrações dos resultados				
	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo/Circulante	18.050.413	30.969.620	Passivo/Circulante	3.805.888	18.486.912	Receita operacional líquida	11.351.415	11.008.272		
Caixa e equivalentes de caixa	16.332.312	29.576.736	Fornecedores	3.505	15.634.304	Lucro bruto	11.351.415	11.008.272		
Contas a receber de clientes	95.367	-	Impostos e CS a recolher	3.802.383	2.852.608	Despesas gerais e administrativas	(426.958)	(218.057)		
Empresas ligadas	271.978	368.037	Não circulante	9.858.015	10.671.616	Ganho com valor justo das propriedades de investimento	<u>9.051.372</u>	<u>3.209.630</u>		
Impostos a recuperar	1.137.253	1.024.847	IR e CS diferidos	9.858.015	10.671.616		8.624.414	2.991.573		
Outros créditos	213.502	-	Patrimônio líquido	306.072.135	294.658.847					
Não circulante	301.685.625	292.847.755	Capital social	198.299.879	198.299.879	Lucro antes do resultado financeiro líquido e IR e CS	19.975.829	13.999.845		
Propriedades para investimento	301.685.625	292.847.755	Reservas de lucros	107.772.256	96.358.968	Resultado financeiro líquido	2.795.436	2.884.312		
Total do ativo	319.736.038	323.817.375	Total do passivo	319.736.038	323.817.375	Resultado antes do IR e CS	22.771.265	16.884.157		
						Imposto de renda e contribuição social	(2.566.933)	(2.603.612)		
						Corrente	(3.380.535)	(1.962.425)		
						Diferido	813.601	(641.187)		
						Lucro líquido do exercício	20.204.332	14.280.544		
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido										
		Capital social	Legal	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido			
Saldo em 01/01/2017	198.299.879	1.160.929	92.043.032	3.155.007	-	-	294.658.847			
Lucro do exercício	-	-	-	-	20.204.332	20.204.332				
Constituição de reserva legal	-	571.587	-	-	(571.587)	-				
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	2.069.110	(2.069.110)	-				
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	8.772.590	-	(8.772.590)	-				
Dividendos	-	-	-	-	(8.791.044)	(8.791.044)				
Saldo em 31/12/2017	198.299.879	1.732.516	100.815.622	5.224.117	-	-	306.072.135			

A Diretoria

Rodrigo Duenas Agostinho
Contador - CRC SP-258629/O-5

Terra do Sol Propriedades Agrícolas S/A

CNPJ: 15.369.806/0001-29

Demonstrações Financeiras em 31/12/2017										
Balanco Patrimonial			Balanco Patrimonial			Demonstrações dos Resultados				
	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo/Circulante	78.170.785	80.326.949	Passivo/Circulante	9.972.147	10.772.233	Receita operacional líquida	4.530.655	6.118.821		
Caixa e equivalentes de caixa	71.939.148	73.861.865	Fornecedores	8.627.068	8.382.705	Lucro bruto	4.530.655	6.118.821		
Contas a receber de clientes	2.726.672	2.888.908	Impostos e contribuições sociais a recolher	1.342.478	2.389.511	Despesas gerais e administrativas	(310.304)	(9.654.922)		
Impostos a recuperar	3.504.966	3.576.176	Empresas ligadas	2.601	16	Ganho (perda) com valor justo das propriedades de investimento	4.032.057	(34.920.849)		
Não circulante	250.124.999	246.092.942	Não circulante	13.899.347	13.939.857	Outras receitas operacionais	5.798.436	-		
Propriedades para investimento	250.124.999	246.092.942	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.899.347	13.939.857		9.520.188	(44.575.771)		
Total do ativo	328.295.784	326.419.891	Patrimônio líquido	304.424.290	301.707.801	Lucro antes do resultado financeiro líquido e IR e CS	14.050.843	(38.456.950)		
			Capital social	159.616.171	159.616.171	Resultado financeiro líquido	7.353.033	16.515.872		
			Reservas de lucros	144.808.119	142.091.630	Resultado antes do IR e CS	21.403.876	(21.941.078)		
			Total do passivo	328.295.784	326.419.891	Imposto de renda e contribuição social	(3.197.636)	(2.510.385)		
						Corrente	(3.238.146)	(2.057.988)		
						Diferido	40.510	(452.397)		
						Lucro (prejuízo) líquido do exercício	18.206.240	(24.451.463)		
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido										
		Capital social	Legal	Reserva de Lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido			
Saldo em 01/01/2017	159.616.171	835.960	132.408.465	8.847.205	-	-	301.707.801			
Lucro do exercício	-	-	-	-	18.206.240	18.206.240				
Constituição de reserva legal	-	714.919	-	-	(714.919)	-				
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	3.907.870	-	(3.907.870)	-				
Dividendos	-	-	-	(1.906.299)	(13.583.452)	(13.583.452)				
Saldo em 31/12/2017	159.616.171	1.550.879	136.316.335	6.940.906	-	-	304.424.290			

A Diretoria

Rodrigo Duenas Agostinho
Contador - CRC SP-258629/O-5

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
CNPJ/MF nº 12.973.906/0001-71 - NIRE 35.3.0038781-3 ("Companhia")
Aviso aos Acionistas
Alteração do jornal de publicação
A Companhia comunica aos seus acionistas que as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/1976, passarão a ser publicadas no jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo", órgão oficial, e no jornal "Valor Econômico", jornal de grande circulação, a partir da data de hoje, conforme disposto no artigo 289, parágrafo 3º da Lei 6.404/76. Ficam ratificadas as publicações de que trata a Lei nº 6.404/1976, realizadas nos jornais anteriores. Comunicamos, ainda, que o referido aviso será consignado na ata da assembleia geral de acionistas da Companhia.
São Paulo, 29 de março de 2018
Helton Freitas - Diretor Presidente

Unimed Saúde e Odonto S.A.
CNPJ/MF nº 10.414.182/0001-09 - NIRE 35300449118 ("Companhia")
Aviso aos Acionistas
Alteração do jornal de publicação
A Companhia comunica aos seus acionistas que as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/1976, passarão a ser publicadas no jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo", órgão oficial, e no jornal "Valor Econômico", jornal de grande circulação, a partir da data de hoje, conforme disposto no artigo 289, parágrafo 3º da Lei 6.404/76. Ficam ratificadas as publicações de que trata a Lei nº 6.404/1976, realizadas nos jornais anteriores. Comunicamos, ainda, que o referido aviso será consignado na ata da assembleia geral de acionistas da Companhia.
São Paulo, 29 de março de 2018
Helton Freitas - Diretor Presidente

Unimed Seguros Saúde S.A.
CNPJ/MF nº 04.487.255/0001-81 - NIRE 35.3.0018581-1 ("Companhia")
Aviso aos Acionistas
Alteração do jornal de publicação
A Companhia comunica aos seus acionistas que as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/1976, passarão a ser publicadas no jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo", órgão oficial, e no jornal "Valor Econômico", jornal de grande circulação, a partir da data de hoje, conforme disposto no artigo 289, parágrafo 3º da Lei 6.404/76. Ficam ratificadas as publicações de que trata a Lei nº 6.404/1976, realizadas nos jornais anteriores. Comunicamos, ainda, que o referido aviso será consignado na ata da assembleia geral de acionistas da Companhia.
São Paulo, 29 de março de 2018
Helton Freitas - Diretor Presidente